7. Conclusão

O presente trabalho tentou demonstrar a importância concedida à atividade interpretativa na prática e na teoria psicanalíticas. Certamente, alguns recortes foram privilegiados ao invés de outros. Esta escolha revelou-se extremamente necessária, uma vez que esta dissertação jamais teve como objetivo dar conta da vastidão e da amplitude do campo psicanalítico. Tal intuito poderia ser classificado – no mínimo – de presunçoso, para não dizer impossível. As opções feitas tiveram como critério a crença de que os autores aqui apresentados ilustram pontos de vista diversos que ora se afastam, ora se aproximam uns dos outros, apontando para algumas das possibilidades abertas a nós, estudiosos e profissionais da área.

A psicanálise se propõe a dar conta do humano. No entanto, acreditamos que a ênfase dada pela teoria clássica à interpretação desembocaria na adoção de uma prioridade que recairia quase que exclusivamente sobre esta atividade interpretativa em sua clínica – limitando, assim, a sua técnica – o que poderia justamente comprometer este lado humano, fazendo com que a própria psicanálise se tornasse desumana e cruel. Nesta clínica, o analista se “faria de morto” e, como tal, se mostraria insensível e apático ao sofrimento humano.

Acreditamos que esta desumanização – tão habitualmente confundida com uma ilusória postura de neutralidade – seja extremamente perigosa, pois incitaria o analista, de interpretação em interpretação, a prosseguir – munido de antolhos – em sua busca ao encontro do seu destino final: a castração, a falta – supostamente constituidora do indivíduo – fazendo com que se contentasse somente ao confrontar o analisando com a mesma. Arriscamos aqui uma analogia entre o superego e o analista que, em um embate solo e covarde, não abriria mão de apreender e de representar – através de Édipo – toda a riqueza e multiplicidade que o id/analisando lhe apresentaria. Este profissional acabaria, assim, por destruir e engolfar a diversidade do analisando através de uma incansável atribuição de sentido, o que resultaria no empobrecimento e na redução de uma pluralidade em um único complexo. Conseqüentemente, esta psicanálise se tornaria moralizadora, optando por se transformar em uma *clínica pedagógica* em detrimento de uma *clínica do cuidado*.

A modernidade do pensamento de Ferenczi e a ousadia de sua prática já denunciavam em sua época a nocividade e os riscos de uma supervalorização da atividade interpretativa e de uma clínica passiva. Winnicott nos presenteia com uma clínica aberta para o brincar, para a experiência; espaço propiciador de um ambiente suficientemente bom e facilitador que favoreceria o acolhimento do afeto. Deleuze e Guattari, por sua vez, denunciam ferozmente as conseqüências desastrosas de uma psicanálise puramente interpretativa e apontam para os perigos da representação que embota e empobrece, massacrando – desta forma – a fluidez de uma multiplicidade pelas incessantes tentativas de sua apreensão.

Estes teóricos e clínicos nos mostram que há possibilidades de saída para a psicanálise e que esta teria muito a ganhar ao não insistir em reproduzir o modelo da clínica clássica. As idéias inovadoras destes autores nos abrem espaço para que a psicanálise possa ser redimensionada sobre outras bases, outros solos, que não exigiriam a exclusão dos preceitos antigos, mas que, juntamente a eles, simplesmente se mostraria aberta e disponível a modificações em consonância com o seu tempo e com as demandas daqueles que a solicitam.

É inegável a contribuição freudiana, assim como a repercussão de suas idéias inovadoras que, além de seu conteúdo, também merecem destaque por terem vindo à tona em meio a um ambiente muitas vezes nada acolhedor. No entanto, reconhecer este mérito não significa que a nossa única possibilidade de saída seja continuar nos remetendo incessantemente ao passado e, exclusivamente, às inovações e aos ensinamentos freudianos, como se estes fossem imunes a qualquer mudança. Tal postura acarretaria um grande equívoco que consistiria em insistir em ignorar a atualidade. Ao fazê-lo, não deixamos que este passado contribua com a sua incontestável riqueza para o exercício de nossa profissão. Ao utilizarmos o passado desta maneira, permitimos que ele nos imobilize, o que nos incapacitaria a considerar o presente e a continuar a caminhar. Além disso, ao privilegiá-lo com exclusividade, estaríamos contribuindo para colocar a psicanálise em uma posição estática, transcendente e resistente a qualquer tipo de questionamento. A clínica seria, então, distante, fria e alheia ao seu tempo.

Não desejamos aqui incorrer em uma postura dicotômica e exclusiva que se veria obrigada a escolher entre o passado *ou* o presente. Isto se revelaria extremamente contraditório com a idéia de que as experiências passadas têm um papel pertinente e uma influência direta no nosso constante desenvolvimento.

Acreditamos ser possível incluir, conviver com a riqueza que nos veio do passado sem fechar as portas para mudanças e pensamentos que nos vêm do presente e para os que ainda virão. Acolher um não implicaria invalidar o outro.

Gostaríamos de enfatizar mais uma vez que a proposta aqui não é a de extirpar a interpretação da clínica, mas de *diluí-la* não deixando que um excesso da atividade interpretativa e a busca desvairada de significado e sentido nos deixem cegos diante de uma diversidade que, apesar de tudo, insiste em se apresentar diante de nós.

Trata-se aqui de chamar a atenção para a fé cega em uma relação causal, de correspondência que a interpretação propiciaria em nome de uma idéia ingênua de que a atribuição de sentido pudesse dar conta de toda a complexidade que envolve a clínica.

É fundamental termos a coragem de questionar o nosso lugar nesta cadeia: o analista clássico, previamente analisando e, conseqüentemente, submetido a interpretações esmagadoramente edipianas, não seria por sua vez, um perpetuador de uma subjetivação engessada por Édipo, uma vez que ele próprio teria dificuldades em escapar desta teia e não teria outra possibilidade a não ser se ver também constituído como “faltoso”? A adesão a esta prática não faria com que seus profissionais fossem coniventes com uma subjetividade resignada?

Além disso, uma outra pergunta se coloca: será que é realmente o entendimento que buscam aqueles que nos procuram? Este entendimento não serviria de alimento fortalecedor para uma clínica fria e proporcionadora de *desamparo*? Pensamos ser lamentável e extremamente prejudicial permitir que a compreensão ocupe a totalidade do lugar na clínica, roubando todo o espaço para um “sentir com”.

O psicanalista não pode se colocar em uma posição impune e confortável ao, simplesmente, ir adiante com o seu trabalho sem questionar as conseqüências de seu fazer clínico, perdendo de vista – assim – os elementos que determinaram a sua escolha em ser um profissional da área de saúde.

Torna-se, então, extremamente necessário repensar a psicanálise. Fazê-lo não significaria colocá-la em uma posição “sem saída”, mas, ao contrário, seria uma tentativa de perceber a sua prática e, conseqüentemente, as suas ressonâncias em termos históricos, políticos e sociais. Somente assim, ela não seria encarada como uma área isolada, “destacada” de seu meio e de seu tempo, como se não

afetasse e não fosse afetada. Esta postura apenas colocaria a psicanálise e seus profissionais em um lugar distante, inacessível e – por que não dizer – transcendente.